

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 179, DE 1995

(Do Sr. José Genoíno e Outros)

Modifica o artigo 45 da Constituição Federal.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10/95)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituirão Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 19 O art. 15 do Constituição Endoral toria a anusinta rada 320

AII.	1	- O art. 45 da Constituição rederar tera a seguinte redação.
		"Art 45

Parágrafo primeiro - O número total de Deputados será de quinhentos e a representação por Estado e pelo Distrito Federal será estabelecida por lei complementar, proporcionalmente aos eleitores, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de quatro Deputados."

JUSTIFICATIVA

No Brasil, o Poder Legislativo é Bicameral. O Senado Federal representa os Estados federados e a Câmara dos Deputados, o povo. Entretanto, a Constituição Federal não fixa o número total de Deputados Federais e a representação por Estado e

pelo Distrito Federal. Isso deverá ser estabelecido por lei complementar, que terá de faze-lo em proporção à população, determinando reajustes pela Justiça Eleitoral, em cada ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados. Esse regramento, consubstanciado no art. 45, parágrafo 1, da Constituição, é a causa de graves anomalias no sistema de representação proporcional, pois com a fixação do mínimo de oito Deputados e o máximo de setenta por Estado, não há como estabelecer uma proporção que atenda o princípio do voto com valor igual para todos (um homem, um voto). Por conseguinte "é fâcil ver que um Estado com quatrocentos mil habitantes terá oito representantes enquanto um de trinta milhões terá apenas setenta, o que significa um Deputado para cada cinqüenta mil habitantes (1:50.000) para o primeiro e um para quatrocentos e vinte e oito mil e quinhentos e setenta e um habitantes para o segundo (1:428.571)" (José Afonso da Silva, in Curso de Direito Constitucional Positivo, São Paulo, Malheiros, 1992, pág. 446).

Na tabela em anexo, preparada pela Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados, temos um quadro comparativo entre todos os estados da Federação e entre as diferentes regiões, em que consta o eleitorado, o número de representantes, o coeficiente eleitoral e o valor do voto federativo. Por ela, podemos diagnosticar as consequências da regra contida no artigo 45 da Constituição sobre o sistema representativo. Se adotarmos os eleitores - conforme estamos propondo - como critério a ser utilizado para o estabelecimento do número de parlamentares por unidade da federação e se estabelecermos, somente para efeitos didáticos e argumentativos, uma valoração para o voto federativo, veremos que a distorção do sistema representativo permanece grave. Por ser o Estado com o maior número de eleitores. São Paulo nos servirá como parâmetro e terá o valor do voto federativo fixado em 1,00. Assim, com um número de eleitores de aproximadamente 20,774,9911, o Estado de São Paulo tem direito a 70 Deputados. Por sua vez, Roraima, o Estado da Federação com o menor número de eleitores (119.888) possui oito Deputados, sendo que o valor do voto federativo é de 19,80, ou seja, dezenove vezes mais que o mesmo voto do eleitor de São Paulo. No Acre, com 263.162 eleitores, e no Amapa, com 197.171 eleitores, a situação não é muito diferente: cada qual possui oito deputados, sendo que o valor do voto federativo do primeiro é de 9,02 e, do segundo, e de 12,04.

Como já muito bem demonstrou o professor Francisco C. Weffort, em artigo publicado na Folha de São Paulo em 25 de abril de 1993, intitulado "Reformas Políticas Já", "a razão dos escandalosos desequilíbrios institucionais da federação - onde

alguns Estados do Norte e do Centro, juntando-se aos do Nordeste, elegem a maioria dos representantes da Câmara Federal, sendo de fato minoria da população do país - é a de assegurar o imobilismo social. Antonio Gramsci descreveu fenômenos desse tipo falando do sul da Italia, quando cunhou a expressão 'cuestione meridionale' (aqui haveria que falar da 'cuestione setentrionale'). Eram, ainda nas palavras do teórico e político italiano, os 'agrários' dominando os 'modernos'e dirigindo o país. Como se sabe, a cuestione gramsciana está longe de se resumir a uma questão de relação entre regiões. Sua substancia é uma aliança social (e política) entre grupos dominantes de regiões 'atrasadas' e de regiões 'modernas'. O segredo do jogo está em que os 'agrários' colocam a serviço dos imodernos a sua capacidade de dominio sobre as massas pobres da sua própria região. Gramsci dizia que os políticos do sul da Italia se ligavam aos líderes do Norte moderno (Turim, Milão) trazendo seus exércitos de padres e de burocratas, bem como as sus massas de camponeses pobres. Adaptem-se as referências geográficas ao caso brasileiro e se perceberá que a real utilidade da sobre-representação política dos Estados do Norte e do Centro é a de servir à dominação de grupos do Sul, sequiosos de proteção estatal e temerosos em relação à sua propria modernidade."

Pela Proposta de Emenda à Constituição que estamos apresentando, o total de Deputados será de quinhentos, sendo que a representação por Estado e pelo Distrito Federal será fixada proporcionalmente ao número de eleitores e não mais tendo como parâmetro o número de habitantes. O número mínimo de Deputados por unidade da Federação foi fixado em quatro. Com essas modificações, resguardamos uma representação mínima por unidade federativa e minoramos sensivelmente a anomalia existente no sistema proporcional que, em nosso entendimento, descaracteriza o princípio da representação e macula o Estado Democrático de Direito, na medida em que os entes integrantes do Estado Federado não terão os seus eleitores equanimemente representados na Câmara dos Deputados.

Brasilia, 24 de jupahitode 1995.

Peputado José Genoino

Voto Federativo - Rep	resentaçã	o Câmara do:	s Deputac	os
		Numero	Coeficiente	Valor do
ESTADOS	Eleitorado	de	Eleitoral	Voto
		Representantes		Federativo
REGIAO NORTE	5,809,498	65	89,377	3.32
ACRE	263,162	8	32,895	9.02
AMAPA	197,171	8	24,646	12.04
AMAZONAS	1,106,006	8	138,251	2.15
PARA	2,783,131	17	163,714	1.81
RONDONIA	692,067	8	86,508	3.43
RORAIMA	119,888	8	14,986	19.80
TOCANTINS	648,073	8	81,009	3.66
REGIAO NORDESTE	25,434,565	151	168,441	1.76
ALAGOAS	1,156,990	9		
BAHIA	7,031,624	39		
CEARA	4,006,533	22		
MARANHAO	2,615,445	18		
PARAIBA	2,091,506	12		
PERNAMBUCO	4,467,948			
PIAUI	1,631,161	10		
RIO GRANDE DO NORTE	1,491,112			
SERGIPE	942,246			
REGIAO SUDESTE	42,174,832	179	235,614	1.26
ESPIRITO SANTO	1,710,729	10		
MINAS GERAIS	10,559,739	l	·	
RIO DE JANEIRO	9,129,373		<u> </u>	
SAO PAULO	20,774,991	70		
REGIAO SUL	15,199,708	77	197,399	1.50
PARANA	5,746,397			
RIO DE GRANDE DO SUL	6,296,021	31	203,097	
SANTA CATARINA	3,157,290			1.50
REGIAO CENTRO-OESTE	6,124,440	41	149,377	1.99
DISTRITO FEDERAL	1,062,247		· - · · · · · · · · · · · · ·	
GOIAS	2,622,097		<u> </u>	
MATO GROSSO	1,279,042		•••••	
MATO GROSSO DO SUL	1,161,054	8		
TOTAL BRABIL	76. X. 27. 4. 23. X. X.	200.000		
NO AL DEVISE	United Standard	mana kata ka mala sa k	ain thinks to a mine	

ADAO PRETTO
ADELSON RIBBIRO
ADULSON MOTTA
ACION EVES
AFFONSO CAMARGO
IDERE FERREIRA
ALGENTO GOLDMAN
ALGENTO ALGENTO
ALGENTO ALGENTO
ALGENTO GOLDMAN
ALGENTO ALGENTO
ALGENTO ALGENTO
ALGENTO ALGENTO
ALGENTO ALGENTO
ALGENTO ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENT
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTO
ALGENTA
ALGENTO
ALGENTA
ALGENTO
ALGENTA
ALGENTO
ALGENTA
ALGORICA
ALGENTA
ALGENTO
ALGENTA
AL EDUARDO MASCARENHAS

ELIAS ABRAHAO

ELIAS MURAD

ESTHER GROSSI

EZIDIO PINHEIRO

FAUSTO MARTELLO

FERNANDO DINIZ

FERNANDO FERRO

FERNANDO GABEIRA

FERNANDO GOMES

FRANCISCO SILVA

LUIZ MAINARDI

SILAS BRASILEIRO

SILVIO TORRES

SIMAO SESSIM

TILDEN SANTIAGO

TILDEN SANTIAGO

TUGA ANGERAMI

USHITARO KAMIA

VALDEMAR COSTA NETO

VALDEMAR COSTA NETO

VALDER COLATTO

VANESSA FELIPPE

FERNANDO GONCALVES

MARIA ELVIRA

VICENTE ARRUDA

VICENTE CASCIONE

FRANCISCO SILVA

MATHEUS SCHMIDT

WAGNER ROSSI

WALDOMIRO	FIORAVAŅTE
WERNER WAI	NDERER

WIGBERTO TARTUCE YEDA CRUSIUS

ZAIRE REZENDE ZULAIE COBRA

ASSINATURAS	CONFIRMADAS	177
ASSINATURAS	QUE NAO CONFEREM DE DEPUTADOS LICENCIADOS	4
TOTAL DE ASS	SINATURAS	194

ST WILLIAMS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ASSINATURAS CONFIRMADAS REPETIDAS

1	_	ARNALDO MADEIRA	SP	PSDB
2	-	ELIAS ABRAHAO	PR	PMDB
3	-	ESTHER GROSSI	RS	\mathbf{PT}
4	-	HUMBERTO COSTA	PΕ	PT
5	-	LUCIANO ZICA	sp	PT
6	-	LUIS ROBERTO PONTE	RS	PMDB
7	-	LUIZ CARLOS HAULY	PR	PSDB
8	-	LUIZ CARLOS SANTOS	sp	PMDB
9	-	NELSON MARCHEZAN	RS	PPR
10	-	ROBERTO VALADAO	ES	PMDB
11	-	SILVIO TORRES	SP	PSDB
12	-	YEDA CRUSIUS	RS	PSDB

ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM

MG	Bloco(PFL)
RO	PDT
BA	Bloco(PFL)
SP	Bloco (PSD)
	RO BA

ASSINATURAS DE DEPUTADOS LICENCIADOS

1 - HUMBERTO SOUTO

MG Bloco (PFL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA Seção de Atas

Oficio nº725/95

Brasília, 25 de agosto de 1995.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, do Senhor José Genoíno, que " modifica o artigo 45 da Constituição Federal", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

177 assinaturas válidas;
004 assinaturas que não conferem;
001 assinatura de deputados licenciados; e
012 assinaturas repetidas.

Atenciosamente,

FRANCISCO DA SILVA CARDOZO

A Sua Senhoria o Senhor Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA Secretário-Geral da Mesa N E S T A

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS-CEDI"

República Federativa do Brasil

CONSTITUIÇÃO 1988

Título IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

SECÃO I

Do Congresso Nacional

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

- Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- § 1.º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para

que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
§ 2.º Cada Território elegerá quatro Deputados.
Τίτυιο ΙV
Da Organização dos Poderes
Capitulo I
Do Poder Legislativo
Seção VIII
Do Processo Legislativo

Subseção II

Da Emenda à Constituição

- Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- I de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
 - II do Presidente da República;
- III de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- § 1.º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

- § 2.º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- § 3.º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
 - § 4.º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
 - I a forma federativa de Estado;
 - II o voto direto, secreto, universal e periódico;
 - III a separação dos Poderes;
 - IV os direitos e garantias individuais.
- § 5.º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.